

A visão latino-americana de uma crise mundial

Nenhum país do planeta parece imune à crise financeira internacional deflagrada pelas hipotecas subprime nos EUA, tampouco a América Latina, uma região que nos últimos tempos parecia ter recuperado o sorriso graças aos crescentes investimentos estrangeiros e à alta das matérias-primas, entre outros motivos. Contudo, em virtude da contração do crédito no mundo todo, que ameaça agora transmitir seus efeitos à economia real, a América Latina deverá experimentar nos próximos anos uma queda significativa em suas receitas de exportação e nos investimentos externos diretos oriundos dos EUA. A retração do crédito deverá aumentar também os custos do financiamento da dívida na região. Tudo isso se dá tendo por pano de fundo um cenário em que o crescimento econômico da América Latina já começava a desacelerar. Especialistas consultados pelo Universia-Knowledge@Wharton analisam o impacto da crise nos diferentes países latino-americanos.

“Creio que as economias emergentes serão bastante afetadas pela crise americana, assim como os demais países do mundo, uma vez que o sistema financeiro se acha bastante globalizado e a crise tende a se espalhar por todo o sistema”, diz Anita Kon, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Contudo, Kon salienta também que “na América Latina, alguns países que apresentam condições macroeconômicas mais estáveis, como o Chile e o Brasil, terão maiores probabilidades de fazer frente aos efeitos da crise, embora tenham de reavaliar seu planejamento de gastos e de investimentos públicos, bem como as políticas de apoio à produção, ao combate à inflação e outras políticas sociais. Por outro lado, países como a Venezuela, Bolívia e Colômbia, que passam por conflitos políticos internos e que apresentam maior propensão à instabilidade econômica, serão mais afetados.” Por fim, a professora assinala que “no caso do México, que sempre se diferenciou de forma positiva dos demais países latino-americanos por estar diretamente associado à demanda dos EUA, as conseqüências serão mais severas”.

Inflação, exportações e medidas estruturais

A região da América Latina e do Caribe acaba de sair de um período de dois anos consecutivos de excelente crescimento econômico como não se via há décadas — superando os 5,5% ao ano em 2006 e 2007. No entanto, mesmo antes do enxugamento do crédito, esse crescimento impetuoso parecia destinado a perder fôlego. As previsões do Banco Mundial para a região, feitas em junho, já indicavam a desaceleração do crescimento do PIB, que cairia para 4,5%, em 2008, e 4,3% em 2009. Ninguém ficará surpreso agora se esses números forem novamente revisados para baixo.

Todo o subcontinente olha agora para o norte com temor, tentando prever até que ponto será afetado pelo terremoto que sacudiu os EUA, sobretudo porque, geralmente, quando os EUA espirram a América Latina fica resfriada. Contudo, David Tuesta Cárdenas, professor da Pontifícia Universidade Católica do Peru, acredita que desta vez será diferente. “Diferentemente dos cenários de crise anteriores, agora a América Latina terá apenas um leve resfriado, e não pneumonia, embora isso dependa das defesas criadas pelos países durante os últimos cinco anos”, explica. “Será importante, por exemplo, saber o quanto de economia fiscal fizeram no período, como foi a gestão da dívida pública, em que medida conseguiram diversificar suas exportações. Países como o Chile, Peru, México e Colômbia parecem ter se saído melhor nesse aspecto, ao passo que Venezuela e Argentina, ao que tudo indica, não foram muito bem.”

Conforme observou Anita Kon, o controle da inflação será um fator decisivo para sobreviver da melhor maneira possível à crise. Alguns países latino-americanos não parecem preparados para combatê-la, conforme declarações do diretor geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn em julho passado, quando advertiu que a inflação estava saindo do controle em alguns países emergentes da região. De acordo com órgão, o Chile poderia terminar o ano com uma taxa de inflação de 7,5%. Na Argentina, a taxa já é de 9,1% ao ano, ao passo que no Brasil é de 5,6% e no Peru, 5,4%.

Alguns desses países, porém, contam com outras proteções que podem ajudar a equilibrar um pouco a situação. É o caso, por exemplo, do Peru, a respeito do qual o professor Tuesta Cárdenas diz "ter conseguido consolidar um forte crescimento de 6%, em média, nos últimos sete anos acompanhado de uma gestão fiscal cautelosa que permitiu aos peruanos economizar montantes substanciais de receitas geradas pelos elevados preços de minérios como o ouro, cobre, prata e zinco. Para isso, foi de suma importância a existência de um regulamento fiscal em forma de lei aprovada pelo Congresso e em vigor desde 1998. Foram também fundamentais os avanços da abertura comercial desde os anos 90, que se aprofundaram na década atual e permitiram equilibrar, de certo modo, a balança comercial graças aos lucros relativos obtidos com o comércio de setores manufatureiros, como o segmento têxtil e o agroindustrial. Por esse prisma, foi fundamental que o banco central tivesse sua autonomia garantida.

Outra medida que foi benéfica ao Peru, de acordo com o professor Tuesta Cárdenas, foi "o fato de que grande parte do crescimento atual está atrelado à demanda interna, o que confere um certo alívio a curto prazo". Por outro lado, países mais dependentes do consumo internacional, como México e Venezuela, podem ser afetados pela crise financeira do vizinho do norte. Richard Obuchi, professor do Instituto de Estudios Superiores de Administración (IESA), de Caracas, observa que o "risco-país da Venezuela, a exemplo do que ocorreu em outras economias emergentes, aumentou muito depois da quebra do Lehman Brothers. No caso específico da Venezuela, a percepção de risco aumentou também devido a eventos que afetaram as relações diplomáticas entre os EUA e a Venezuela durante essa semana (como a decisão de Hugo Chávez de expulsar o embaixador americano). Contudo, o risco principal para a economia venezuelana consiste na elevada dependência do país das condições do mercado internacional de petróleo. Nesse sentido, se os eventos nos EUA resultarem em recessão econômica, há o risco de uma fragilização dos preços do petróleo em razão da diminuição da demanda de energia, o que incidiria negativamente no desempenho econômico do país".

No entanto, esse não seria o único impacto sobre a economia venezuelana resultante da queda do Lehman Brothers. A bancarrota do banco de investimento americano afetou também diretamente as finanças do país, o que fez com que o órgão regulador dos bancos, a Superintendência dos Bancos da Venezuela (Sudeban) a obrigar todas as instituições com ativos emitidos pelo Lehman Brothers ou pela Merrill Lynch (comprada pelo Bank of America para impedir que fosse à falência) a garantir 50% do valor desses ativos. Além disso, o Fundo de Desenvolvimento Nacional tem cerca de 300 milhões de dólares investidos em produtos vinculados ao Lehman.

A Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) chamou a atenção para o retrocesso dos investimentos estrangeiros na América Latina. Em seu último relatório, o órgão assinala que "as expectativas a médio prazo entraram em declínio em virtude da crise financeira global, que reverte a tendência de crescimento nos próximos dois anos". Para enfatizar ainda mais essa afirmação, o órgão agrega um dado significativo: no primeiro semestre de 2008, o valor das transações internacionais ficou 29% abaixo ao obtido no mesmo período em 2007. estima-se ainda que o investimento estrangeiro direto (IED) encerre o exercício com uma queda de 10%.

Trata-se de uma mudança de ciclo que rompe com vários anos de bonança e que fez de vários países da América Latina destinos preferenciais dos capitais estrangeiros.

Liderada pelo Brasil, que em 2007 atraiu 34,6 bilhões de dólares em investimentos externos, ficando em quinto lugar na classificação mundial do ranking, a América Latina desfrutou de uma confiança internacional crescente, o que levou os capitais estrangeiros a alocar 36% dos seus investimentos em países da região durante o exercício passado, num total de 126 bilhões de dólares, de acordo com dados da Unctad.

Contudo, boa parte desse aumento se deve à disparada do preço do petróleo e à alta das matérias-primas, dois fatores cuja evolução também é colocada em dúvida. O futuro da Venezuela, por exemplo, está intimamente ligado a esse fato, como lembra o professor Obuchi: "O país experimentou uma taxa de crescimento sustentada nos últimos anos em razão do aumento dos preços do petróleo, seu principal produto de exportação, o que fez aumentar o gasto público e a demanda agregada. Se os preços do petróleo tivessem uma redução sustentada, a Venezuela poderia enfrentar riscos de diversos tipos, dependendo da volatilidade e dos níveis dos preços do petróleo. Contudo, nas condições atuais, é difícil estimar o impacto que teria uma desaceleração econômica nos EUA sobre os níveis atuais dos preços do petróleo, que é uma variável fundamental para a economia venezuelana."

Os países que conquistaram recentemente a condição de investment grade, como o Brasil, contam com um certo "colchão". Kon destaca que "a princípio, estão em melhores condições para receber investimentos externos, sem dúvida a melhor forma de proteção à continuidade do crescimento. Embora esses países apresentem melhores condições macroeconômicas hoje do que no passado para enfrentar a crise atual, pesa contra eles a maior integração ao processo de globalização do sistema financeiro e produtivo, sujeitando-os a impactos negativos de maior monta".

Contudo, em relação ao Brasil, Kon diz que "o país se encontra em uma conjuntura favorável no tocante aos indicadores macroeconômicos; além disso, os preços de alguns produtos alimentícios vêm desacelerando atualmente, o que repercute sobre a inflação. O Brasil, portanto, tem condições de reagir melhor aos impactos da crise. Todavia, a redução do crédito externo e dos investimentos externos produtivos diretos incidirá sobre o crescimento das empresas privadas e sobre os gastos e investimentos governamentais, como foi o caso dos grandes planos em infra-estrutura então programados, uma vez que a arrecadação fiscal se encontra em um patamar extremamente elevado e não dá sinal de que vá aumentar".

Possíveis receitas

Embora cada país tenha sua própria idiossincrasia, de modo geral, todos terão suas exportações seriamente reduzidas. Ficarão também mais expostos a essa redução aqueles que forem mais afetados pela crise, conforme assinala Tuesta Cárdenas, que "prevê uma desaceleração nos setores exportadores mais ligados ao mercado americano, como os têxteis". Seja como for, Kon diz que "os setores voltados à exportação, como a siderurgia, e outros insumos minerais, também refletirão a diminuição da demanda mundial".

Obuchi vai além e prevê um futuro incerto para os países que tenham entre seus principais parceiros comerciais os EUA. "Uma redução da taxa de crescimento dos EUA teria conseqüências diretas sobre a demanda de produtos de exportação dos países latino-americanos. Por outro lado, o sistema financeiro americano está recompondo sua carteira de ativos de forma menos arriscada. Isto terá um impacto negativo sobre a valorização da dívida das economias emergentes e, conseqüentemente, poderá levar a um aumento no custo do endividamento desses países."

Que fazer para se machucar o menos possível nessa crise? “As receitas nem sempre dão certo: elas dependem do cozinheiro, de ingredientes de boa qualidade e da reação de quem consumirá o produto”, observa Kon. Contudo, a professora acrescenta que “a contenção do gasto público, o aumento da taxa de juros para frear a inflação, a cautela em relação aos investimentos produtivos e financeiros de maior risco e um maior controle do sistema financeiro interno” são ingredientes básicos de qualquer dieta de combate à crise.

A visão latino-americana de uma crise mundial. **Wharton/Universia Knowledge**, out. 2008. Disponível em: <<http://wharton.universia.net>>. Acesso em 6 out. 2008

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais